



14664019



08020.000946/2020-00



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2021

A **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0005-60, neste ato representada pelo Diretor de Gestão, o Senhor **LUIZ MARIANO JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº 048.526.146-44, portador da Carteira de Identidade nº 11391564 - SSP/MG, com competência subdelegada no inciso IX combinado com o inciso XV, art. 1º da Portaria nº 5, de 17 de junho de 2020 (12002628), publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2020**, DOU nº 81, de 03 de maio de 2021, Processo Administrativo nº 08020.000946/2020-00, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CHARLIE EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **24.972.979/0001-28**, sediada na Rua Comandante Rubens Silva, 679, Bloco 3, Aptº 304, Freguesia, Jacarepaguá, CEP 22.750-053, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, indicada e qualificada nesta ATA, neste ato representada pela Senhora **NAIARA GALDINO DA SILVA**, inscrita no CPF nº 127.082.897-56, portadora da Carteira de Identidade nº 23.688.452-4 - DIC/RJ, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se a parte às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguintes:

OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos operacionais, para atender as necessidades Secretaria de Operações Integradas - SEOPI do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especificados nos itens **5, 6, 7, 8, 23, 26, 30, 91, 92, 93 e 94** do Termo de Referência (13139533), anexo do edital (13139098) do *Pregão* nº 33/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Região	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantitativo Total	Quantidade máxima para adesão (2X)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
5	Norte	Cinto	377277	Unidade	1.328	2.656	126,00	167.328,00

6	Centro-Oeste	Cinto	377277	Unidade	10.960	21.920	115,00	1.260.400,00
7	Nordeste	Cinto	377277	Unidade	1.850	3.700	120,00	222.000,00
8	Sul	Cinto	377277	Unidade	310	620	110,00	34.100,00
23	Norte	Porta carregador para fuzil	236338	Unidade	1.528	3.056	82,00	125.296,00
26	Sul	Porta carregador para fuzil	236338	Unidade	310	620	125,00	38.750,00
30	Sul	Porta carregador para pistola	355866	Unidade	310	620	81,00	25.110,00
91	Norte	Cantil	355883	Unidade	1.768	3.536	15,00	26.520,00
92	Centro-Oeste	Cantil	355883	Unidade	3.290	6.580	15,00	49.350,00
93	Nordeste	Cantil	355883	Unidade	2.590	5.180	15,00	38.850,00
94	Sul	Cantil	355883	Unidade	1.110	2.220	15,00	16.650,00
TOTAL								2.004.354,00

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade registrada
6	Cinto	Unidade	2.100
92	Cantil	Unidade	2.100

São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Descrição	Unidade de medida	UASG/Órgão	Quantidade	Quantidade total do item
5	Cinto Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.328
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	300	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	100	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	300	
			927020 - Polícia Civil do Estado de Roraima	20	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
6	Cinto Região Centro-Oeste	Unidade	160083 - Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias - MEX	10	8.860
			926016 - Polícia Militar do Distrito Federal	4.200	
			927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	4.250	
			452105 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	400	
7	Cinto Região Nordeste	Unidade	452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	490	1.850
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	

			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	60	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
8	Cinto Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	250	310
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	
23	Porta carregador para fuzil Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.528
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	500	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	100	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	300	
			927020 - Polícia Civil do Estado de Roraima	20	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
26	Porta carregador para fuzil Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	250	310
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	
30	Porta carregador para pistola Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	250	310
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	
91	Cantil Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.768
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	300	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	200	
			925453 - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves do Pará	60	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	600	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
92	Cantil Região Centro-Oeste	Unidade	200109 - Diretoria de Operações da Polícia Rodoviária Federal	290	1.190
			927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	700	
			452105 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	200	
93	Cantil Região Nordeste	Unidade	927032 - Corpo de Bombeiros da Bahia	500	2.590
			452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	490	
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	
			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	300	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
94	Cantil Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	1.050	1.110
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, até cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

LUIZ MARIANO JUNIOR

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública

CONTRATANTE

NAIRA GALDINO DA SILVA

Charlie Equipamentos EIRELI

CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **NAIARA GALDINO DA SILVA**, **Usuário Externo**, em 24/05/2021, às 11:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mariano Junior**, **Diretor(a) de Gestão**, em 25/05/2021, às 15:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14664019** e o código CRC **FEF683AB**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08020.000946/2020-00

SEI nº 14664019



14664882



08020.000946/2020-00



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2021

A **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0005-60, neste ato representada pelo Diretor de Gestão, o Senhor **LUIZ MARIANO JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº 048.526.146-44, portador da Carteira de Identidade nº 11391564 - SSP/MG, com competência subdelegada no inciso IX combinado com o inciso XV, art. 1º da Portaria nº 5, de 17 de junho de 2020 (12002628), publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2020**, DOU nº 81, de 03 de maio de 2021, Processo Administrativo nº 08020.000946/2020-00, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MARISA MANDARINO ARTIGOS PARA ATACADO E VAREJO – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **32.198.428/0001-43**, sediada na avenida Guilherme Cotching, nº 766, Vila Maria Baixa, CEP 021.13-010, na cidade de São Paulo/SP, indicada e qualificada nesta ATA, neste ato representada pela Senhora **MARISA MANDARINO**, inscrita no **CPF nº 170.019.368/63**, portadora da Carteira de Identidade nº 24.322.347-X - SSP/SP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se a parte às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguintes:

OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos operacionais, para atender as necessidades Secretaria de Operações Integradas - SEOPI do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especificados nos itens **13, 14, 15, 16 e 17** do Termo de Referência(13139533), anexo do edital (13139098) do *Pregão* nº 33/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Região	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantitativo total	Quantidade máxima para adesão (2X)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
13	Norte	Bandoleira	359171	Unidade	1.328	2.656	45,00	59.760,00

14	Centro-Oeste	Bandoleira	359171	Unidade	4.585	9.170	46,00	210.910,00
15	Nordeste	Bandoleira	359171	Unidade	4.660	9.320	46,00	214.360,00
16	Sudeste	Bandoleira	359171	Unidade	4.200	8.400	45,00	189.000,00
17	Sul	Bandoleira	359171	Unidade	310	620	45,00	13.950,00
TOTAL								687.980,00

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade registrada
14	Bandoleira	Unidade	2.100

São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Descrição	Unidade de medida	UASG/Órgão	Quantidade	Quantidade total do item
13	Bandoleira Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.328
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	300	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	100	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	300	
			927020 - Polícia Civil do Estado de Roraima	20	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
14	Bandoleira Região Centro - Oeste	Unidade	160083 - Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias - MEX	10	2.485
			926016 - Polícia Militar do Distrito Federal	125	
			927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	2.050	
			452105 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	300	
15	Bandoleira Região Nordeste	Unidade	452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	490	4.660
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	
			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	20	
			927056 - Polícia Militar do Rio Grande do Norte	850	
			925535 - Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte	2.000	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
16	Bandoleira Região Sudeste	Unidade	927082 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Justiça de Minas Gerais	4.200	4.200

17	Bandoleira Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	250	310
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, até cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

LUIZ MARIANO JUNIOR

MARISA MANDARINO

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
CONTRATANTE

Marisa Mandarino Artigos para Atacado e Varejo - ME
CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Mandarino, Usuário Externo**, em 24/05/2021, às 12:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mariano Junior, Diretor(a) de Gestão**, em 25/05/2021, às 15:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14664882** e o código CRC **6653A802**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



14665635



08020.000946/2020-00



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2021

A **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0005-60, neste ato representada pelo Diretor de Gestão, o Senhor **LUIZ MARIANO JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº 048.526.146-44, portador da Carteira de Identidade nº 11391564 - SSP/MG, com competência subdelegada no inciso IX combinado com o inciso XV, art. 1º da Portaria nº 5, de 17 de junho de 2020 (12002628), publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2020**, DOU nº 81, de 03 de maio de 2021, Processo Administrativo nº 08020.000946/2020-00, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ARBBI COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E COMPONENTES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **04.730.121/0001-40**, sediada na Rua Mariz e Barros, nº 1120, Galeria Loja 7, Maracanã, CEP 20270-002, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, indicada e qualificada nesta ATA, neste ato representada pelo Senhor **LEONARDO ISAAC MORITZ**, inscrito no **CPF nº 768.392.817-87**, portador da Carteira de Identidade nº 04.831.688-9 - IFP/RJ, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se a parte às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguintes:

OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos operacionais, para atender as necessidades Secretaria de Operações Integradas - SEOPI do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especificados nos itens **24, 25, 35, 36, 37 e 38** do Termo de Referência(13139533), anexo do edital (13139098) do *Pregão* nº 33/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Região	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantitativo total	Quantidade máxima para adesão (2X)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
24	Centro-Oeste	Porta carregador para fuzil	236338	Unidade	2.930	5.860	107,00	313.510,00

25	Nordeste	Porta carregador para fuzil	236338	Unidade	2.280	4.560	114,00	259.920,00
35	Norte	Mochila de Hidratação	465944	Unidade	1.443	2.886	131,00	189.033,00
36	Centro-Oeste	Mochila de Hidratação	465944	Unidade	3.150	6.300	131,00	412.650,00
37	Nordeste	Mochila de Hidratação	465944	Unidade	2.340	4.680	131,00	306.540,00
38	Sul	Mochila de Hidratação	465944	Unidade	1.110	2.220	131,00	145.410,00
TOTAL								1.627.063,00

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade registrada
24	Porta carregador para fuzil	Unidade	2.100
36	Mochila de Hidratação	Unidade	2.100

São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Descrição	Unidade de medida	UASG/Órgão	Quantidade	Quantidade total do item
24	Porta carregador para fuzil Região Centro - Oeste	Unidade	200109 - Diretoria de Operações da Polícia Rodoviária Federal	480	830
			927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	200	
			452105 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	150	
25	Porta carregador para fuzil Região Nordeste	Unidade	452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	980	2.280
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
35	Mochila de hidratação Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.443
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	300	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	100	
			925453 - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves do Pará	20	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	400	
			927020 - Polícia Civil do Estado de Roraima	15	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
36	Mochila de hidratação	Unidade	927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	750	1.050
			452105 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança	300	

	Região Centro - Oeste		Pública do Mato Grosso do Sul		
37	Mochila de hidratação Região Nordeste	Unidade	927032 - Corpo de Bombeiros da Bahia	350	2.340
			452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	490	
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	
			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	200	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
38	Mochila de hidratação Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	1.050	1.110
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, até cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

LUIZ MARIANO JUNIOR

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública

CONTRATANTE

LEONARDO ISAAC MORITZ

Arbji Comércio de Eletrônicos e Componentes Eireli

CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Isaac Moritz**, **Usuário Externo**, em 19/05/2021, às 14:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mariano Junior**, **Diretor(a) de Gestão**, em 20/05/2021, às 20:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14665635** e o código CRC **FF789EC6**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



14778912



08020.000946/2020-00



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021

A **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0005-60, neste ato representada pela Diretora de Gestão, a Senhora **CHRISTIANNI VIEGAS ZAGO**, inscrita no CPF sob o nº **563.336.091-53**, portadora da Carteira de Identidade nº **1271522 - SSP/DF**, com competência subdelegada no inciso IX combinado com o inciso XV, art. 1º da Portaria nº 5, de 17 de junho de 2020 (12002628), publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2020**, DOU nº 81, de 03 de maio de 2021, Processo Administrativo nº 08020.000946/2020-00, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **COMERCIAL PROMOSTORE CONFECCÕES - EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **32.624.131/0001-36**, sediada na Rua Garça, nº 65, Calmon Viana, CEP 08561-560, na cidade de Poá/SP, indicada e qualificada nesta ATA, neste ato representada pelo Senhor **JHONATAN CARLOS DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº **044.125.399-70**, portador da carteira de identidade nº 13392576-6 - SSP/SP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se a parte às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguintes:

OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos operacionais, para atender as necessidades Secretaria de Operações Integradas - SEOPI do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especificados nos itens **39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46** do Termo de Referência(13139533), anexo do edital (13139098) do *Pregão* nº 33/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Região	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantitativo total	Quantidade máxima para adesão (2X)	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
39	Norte	Mochila (24 litros)	460717	Unidade	1.248	2.496	400,00	499.200,00
40	Centro-Oeste	Mochila (24 litros)	460717	Unidade	7.040	14.080	400,00	2.816.000,00
41	Nordeste	Mochila (24 litros)	460717	Unidade	2.040	4.080	400,00	816.000,00
42	Sul	Mochila (24 litros)	460717	Unidade	310	620	400,00	124.000,00
43	Norte	Mochila (55 litros)	465943	Unidade	1.248	2.496	526,00	656.448,00
44	Centro-	Mochila (55 litros)	465943	Unidade	7.540	15.080	526,00	3.966.040,00

	Oeste							
45	Nordeste	Mochila (55 litros)	465943	Unidade	1.940	3.880	526,00	1.020.440,00
46	Sul	Mochila (55 litros)	465943	Unidade	1.110	2.220	526,00	583.860,00
TOTAL								10.481.988,00

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade registrada
40	Mochila (24 litros)	Unidade	2.100
44	Mochila (55 litros)	Unidade	2.100

São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Descrição	Unidade de medida	UASG/Órgão	Quantidade	Quantidade total do item
39	Mochila 24 litros Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.248
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	300	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	100	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	225	
			927020 - Polícia Civil do Estado de Roraima	15	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
40	Mochila 24 litros Região Centro - Oeste	Unidade	200109 - Diretoria de Operações da Polícia Rodoviária Federal	290	4.940
			927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	4.350	
			452105 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	300	
41	Mochila 24 litros Região Nordeste	Unidade	452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	540	2.040
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	
			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	200	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
42	Porta 24 litros Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	250	310
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	
43	Mochila 55 litros Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.248
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	200	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	100	
			925453 - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves do Pará	100	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	225	
			927020 - Polícia Civil do Estado de Roraima	15	

			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
44	Mochila 55 litros Região Centro - Oeste	Unidade	926016 - Polícia Militar do Distrito Federal	790	5.440
			927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	4.350	
			452105 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	300	
45	Mochila 55 litros Região Nordeste	Unidade	452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	540	1.940
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	
			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	100	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
46	Porta 55 litros Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	1.050	1.110
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, até cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no

Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

CHRISTIANNI VIEGAS ZAGO

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
CONTRATANTE

JHONATAN CARLOS DOS SANTOS

Comercial Promostore Confeções - EIRELI
CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Carlos dos Santos, Usuário Externo**, em 27/05/2021, às 15:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christianni Viegas Zago, Diretor(a) de Gestão**, em 28/05/2021, às 17:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14778912** e o código CRC **4CBEC6B5**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



14818821



08020.000946/2020-00



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2021

A **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0005-60, neste ato representada pela Diretora de Gestão, a Senhora **CHRISTIANNI VIEGAS ZAGO**, inscrita no CPF sob o nº **563.336.091-53**, portadora da Carteira de Identidade nº **1271522 - SSP/DF**, com competência subdelegada no inciso IX combinado com o inciso XV, art. 1º da Portaria nº 5, de 17 de junho de 2020 (12002628), publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2020**, DOU nº 81, de 03 de maio de 2021, Processo Administrativo nº 08020.000946/2020-00, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **INASEG INDUSTRIA NACIONAL DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**, inscrita no CNPJ sob o nº **23.179.204/0001-37**, sediada na Rua Otto Dalchau, nº 442, Morro Grande, CEP 07726-525, na cidade de Caieiras/SP, indicada e qualificada nesta ATA, neste ato representada pela Senhora **RENATA DE OLIVEIRA SEVELA**, inscrita no CPF nº **161.221.928-48**, portador da Carteira de Identidade nº 25.181.138-4 - SSP/SP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se a parte às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguintes:

OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos operacionais, para atender as necessidades Secretaria de Operações Integradas - SEOPI do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especificados nos itens **51, 52, 53, 54, 95, 96, 97 e 98** do Termo de Referência(13139533), anexo do edital (13139098) do *Pregão* nº 33/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Região	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantitativo Total	Quantidade máxima para adesão (2X)	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
51	Norte	Fiel	460615	Unidade	1.358	2.716	13,50	18.333,00
52	Centro-Oeste	Fiel	460615	Unidade	10.950	21.900	13,50	147.825,00

53	Nordeste	Fiel	460615	Unidade	4.121	8.242	13,50	55.633,50
54	Sul	Fiel	460615	Unidade	310	620	13,50	4.185,00
95	Norte	Caneca para cantil	460428	Unidade	1.768	3.536	26,00	45.968,00
96	Centro-Oeste	Caneca para cantil	460428	Unidade	3.290	6.580	29,40	96.726,00
97	Nordeste	Caneca para cantil	460428	Unidade	2.090	4.180	26,00	54.340,00
98	Sul	Caneca para cantil	460428	Unidade	310	620	29,10	9.021,00
TOTAL								432.031,50

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade registrada
52	Fiel	Unidade	2.100
96	Caneca para cantil	Unidade	2.100

São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Descrição	Unidade de medida	UASG/Órgão	Quantidade	Quantidade total do item
51	Fiel Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.358
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	300	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	100	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	350	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
52	Fiel Região Centro - Oeste	Unidade	926016 - Polícia Militar do Distrito Federal	4.200	8.850
			927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	4.250	
			452105 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	400	
53	Fiel Região Nordeste	Unidade	927032 - Corpo de Bombeiros da Bahia	230	4.121
			452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	390	
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	
			927056 - Polícia Militar do Rio Grande do Norte	641	
			925535 - Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte	1.500	
			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	60	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	

54	Fiel Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	250	310
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	
95	Caneca para cantil Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.768
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	300	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	200	
			925453 - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves do Pará	60	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	600	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
96	Caneca para cantil Região Centro - Oeste	Unidade	200109 - Diretoria de Operações da Polícia Rodoviária Federal	290	1.190
			927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	700	
			452105 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	200	
97	Caneca para cantil Região Nordeste	Unidade	452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	490	2.090
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	
			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	300	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
98	Caneca para canti Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	250	310
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, até cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

CHRISTIANNI VIEGAS ZAGO

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança
Pública
CONTRATANTE

RENATA DE OLIVEIRA SEVELA

Inaseg Industria Nacional de Equipamentos de
Segurança
CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Renata de Oliveira Sevela, Usuário Externo**, em 04/06/2021, às 10:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christianni Viegas Zago, Diretor(a) de Gestão**, em 09/06/2021, às 15:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14818821** e o código CRC **3DA25CED**

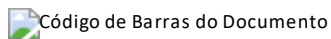
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a->



[sistemas/protocolo](#) e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

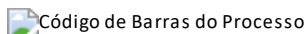
Referência: Processo nº 08020.000946/2020-00

SEI nº 14818821



Código de Barras do Documento

14778945



Código de Barras do Processo

08020.000946/2020-00



Timbre

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021

A **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0005-60, neste ato representada pela Diretora de Gestão, a Senhora **CHRISTIANNI VIEGAS ZAGO**, inscrita no CPF sob o nº **563.336.091-53**, portadora da Carteira de Identidade nº **1271522 - SSP/DF**, inscrito no CPF sob o nº 048.526.146-44, portador da Carteira de Identidade nº 11391564 - SSP/MG, com competência subdelegada no inciso IX combinado com o inciso XV, art. 1º da Portaria nº 5, de 17 de junho de 2020 (12002628), publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2020**, DOU nº 81, de 03 de maio de 2021, Processo Administrativo nº 08020.000946/2020-00, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **PROMEAL INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **33.613.727/0001-01**, sediada na avenida Nossa Senhora de Copacabana, nº 330, sala 608, Copacabana, CEP 22020001, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, indicada e qualificada nesta ATA, neste ato representada pela Senhora **SIMONE CUNHA DE SOUZA**, inscrita no CPF nº **032.278.327-55**, portadora da Carteira de Identidade nº 097.667.31-5 - DIC/RJ, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se a parte às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguintes:

OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos operacionais, para atender as necessidades Secretaria de Operações Integradas - SEOPi do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especificados nos itens **71, 72, 73 e 74** do Termo de Referência (13139533), anexo do edital (13139098) do *Pregão* nº 33/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Região	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantitativo total	Quantidade máxima para adesão (2X)	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
71	Norte	Purificador de água	455060	Unidade	2.444	4.888	10,50	25.662,00
72	Centro-Oeste	Purificador de água	455060	Unidade	7.000	14.000	10,50	73.500,00
73	Nordeste	Purificador de água	455060	Unidade	4.440	8.880	10,50	46.620,00
74	Sul	Purificador de água	455060	Unidade	2.964	5.928	10,50	31.122,00
TOTAL								176.904,00

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade registrada
72	Purificador de água	Unidade	6.500

São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Descrição	Unidade de medida	UASG/Órgão	Quantidade	Quantidade total do item
71	Purificador de água Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	186	2.444
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	1.100	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	100	
			925453 - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves do Pará	10	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	500	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
72	Purificador de água Região Centro - Oeste	Unidade	927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	500	500
73	Purificador de água Região Nordeste	Unidade	452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	640	4.440
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	3.500	
			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	100	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
74	Purificador de água Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	2.904	2.964
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, até cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

CHRISTIANNI VIEGAS ZAGO

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
CONTRATANTE

SIMONE CUNHA DE SOUZA

Promeal Industria de Alimentos Ltda
CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE CUNHA DE SOUZA**, Usuário Externo, em 27/05/2021, às 15:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christianni Viegas Zago, Diretor(a) de Gestão**, em 28/05/2021, às 17:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



QRCode

Assinatura

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14778945** e o código CRC **314DB675**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08020.000946/2020-00

SEI nº 14778945



14680168



08020.000946/2020-00



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021

A **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0005-60, neste ato representada pelo Diretor de Gestão, o Senhor **LUIZ MARIANO JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº 048.526.146-44, portador da carteira de identidade nº 11391564 - SSP/MG, com competência subdelegada no inciso IX combinado com o inciso XV, art. 1º da Portaria nº 5, de 17 de junho de 2020 (12002628), publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2020**, DOU nº 81, de 03 de maio de 2021, Processo Administrativo nº 08020.000946/2020-00, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ARMADA ARTIGOS MILITARES LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **26.645.437/0001-76**, sediada na ADE, Conjunto 16, nº 02, Ed. Armada, Salas 101 a 103, CEP 71.988-720, na cidade do Brasília/DF, indicada e qualificada nesta ATA, neste ato representada pelo Senhor **LEONARDO LOYOLA DE LIMA**, inscrito no CPF nº **036.909.961-39**, portador da carteira de identidade nº 2853038 - SSP/DF, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se a parte às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguintes:

OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos operacionais, para atender as necessidades Secretaria de Operações Integradas - SEOPI do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especificados nos itens **75, 76, 77 e 78** do Termo de Referência (13139533), anexo do edital (13139098) do *Pregão* nº 33/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Região	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantitativo total	Quantidade máxima para adesão (2X)	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
75	Norte	Saco estanque (35 litros)	219802	Unidade	1.218	2.436	195,00	237.510,00
76	Centro-Oeste	Saco estanque (35 litros)	219802	Unidade	3.450	6.900	178,00	614.100,00

77	Nordeste	Saco estanque (35 litros)	219802	Unidade	1.945	3.890	178,00	346.210,00
78	Sul	Saco estanque (35 litros)	219802	Unidade	310	620	158,00	48.980,00
TOTAL								1.246.800,00

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade registrada
76	Saco estanque (35 litros)	Unidade	2.100

São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Descrição	Unidade de medida	UASG/Órgão	Quantidade	Quantidade total do item
75	Saco estanque 35 litros Região Norte	Unidade	925307 - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre	60	1.218
			927025 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	300	
			925801 - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará	50	
			927916 - Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima	250	
			927020 - Polícia Civil do Estado de Roraima	10	
			925986 - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	548	
76	Saco estanque 35 litros Região Centro - Oeste	Unidade	200109 - Diretoria de Operações da Polícia Rodoviária Federal	650	1.350
			927553 - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso	700	
77	Saco estanque 35 litros Região Nordeste	Unidade	927032 - Corpo de Bombeiros da Bahia	200	1.945
			452386 - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	345	
			927119 - Secretaria de Segurança Pública do Piauí	1.100	
			925541 - Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	100	
			927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública de Sergipe	200	
78	Saco estanque 35 litros Região Sul	Unidade	453079 - Secretaria da Segurança Pública do Paraná	250	310
			926857 - Brigada Militar do Rio Grande do Sul	60	

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, até cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos

participantes.

LUIZ MARIANO JUNIOR

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
CONTRATANTE

LEONARDO LOYOLA DE LIMA

Armada Artigos Militares Ltda ME
CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO LOYOLA DE LIMA, Usuário Externo**, em 19/05/2021, às 14:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mariano Junior, Diretor(a) de Gestão**, em 25/05/2021, às 15:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14680168** e o código CRC **7BAD6474**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08020.000946/2020-00

SEI nº 14680168